



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

Outro estudo sobre o terror e a cura: saúde mental, direitos humanos e as políticas públicas de reparação aos afetados pela ditadura civil-militar

Autoria: Felipe Sales Magaldi (UFRJ)

A partir da década de 90, começaram a surgir as primeiras políticas públicas de reparação aos atingidos pela violência perpetrada durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). No entanto, tais políticas coincidiram basicamente com a oferta de compensação econômica (indenizações) por parte do Estado, gerando uma série de controvérsias internas e externas ao movimento. Na década seguinte, concomitantemente ao estabelecimento de governos progressistas na região, e em consonância com os tratados internacionais de direitos humanos, se consolida a preocupação de exigir uma "reparação" que seja "não apenas econômica", mas também "simbólica", "psicológica", "moral" e/ou "integral". Este work procura compreender como os atores sociais, discursos e práticas do campo da saúde mental e, em especial, da psicanálise se articularam a essa mudança, que ganhou forma na criação de dispositivos clínico-políticos e estatais de atenção psicossocial destinados a familiares e sobreviventes. Para tanto, suscita material



referente a uma pesquisa em andamento, a qual inclui acompanhamento de atividades públicas, entrevistas e investigação de relatórios e documentos relativos ao tema. Em particular, pergunta-se como (e até que ponto) as noções específicas de ?trauma? e ?testemunho? operaram nesse campo como ferramentas de flexão de binômios como indivíduo/sociedade, Estado/Sociedade civil e a própria demarcação temporal ditadura/democracia, redefinindo a conceituação de ?vítima? da ditadura civil-militar.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: